

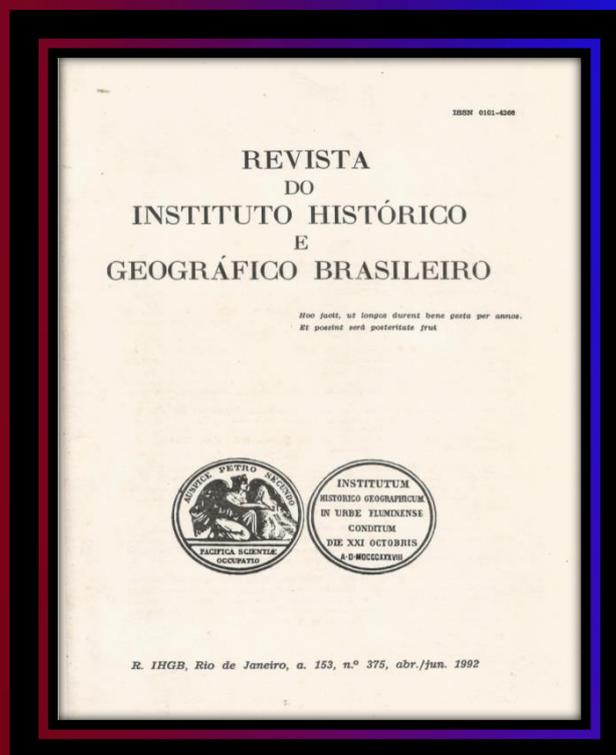
CONDE DE RESENDE, O FUNDADOR DO ENSINO MILITAR ACADÊMICO NAS AMÉRICAS E DO ENSINO SUPERIOR CIVIL NO BRASIL E CRIADOR DA CIDADE DE RESENDE



Veterano Cel Eng e EM Claudio Moreira Bento(x)



Conde de Resende D. Jose Luiz de Castro Vice Rei do Brasil



Revista do IHGB que publicou o artigo em tela

Livro Digital

Capa pela universitária Camila Karen Renê, com orientação do autor

SUMÁRIO

Conde de Resende, o fundador do ensino militar acadêmico nas américas e do ensino superior civil no Brasil e criador da cidade de Resende p.2

Incêndio do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, 1790.

Execução de Tiradentes em 21 de abril de 1792.

Devassa sobre carta anônima incitando o povo à rebeldia, e morte do vice-rei e tomada do poder pelo Senado da Câmara, com apoio popular.

Fechamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro por suspeita de debates políticos perigosos, alheios a seus Estatutos.

Um marquês de Resende referente a vila de Resende brasileira

Dados biográficos do conde de Resende criador em 1801 da atual cidade de Resende-RJ então com o nome de vila de Resende em sua homenagem.

Posse da Cadeira D. José Luís de Castro, 13.º Vice-Rei do Brasil e 2.º Conde de Resende Elogio ao Patrono

Currículo do autor Vet Cel Eng e EM Cláudio Moreira Bento

Currículo de Camila Karen C. S. Renê - autora da capa

CONDE DE RESENDE, O FUNDADOR DO ENSINO MILITAR ACADÊMICO NAS AMÉRICAS E DO ENSINO SUPERIOR CIVIL NO BRASIL E CRIADOR DA CIDADE DE RESENDE

Focalizaremos o 2.º conde de Resende, tenente-general D. José Luiz de Castro, que foi o 13.º vice-rei do Brasil (1790-1801) e que deu foro de vila, em seu governo a uma única povoação e por ele especialmente escolhida, a qual desde 1801 passou a denominar-se, em sua honra e homenagem, Resende por seus filhos de nascimento, ou só de coração, resendenses. No último caso, filho de coração decorrência do cosmopolitismo de Resende, a qual possui as suas mais profundas raízes o seu povoamento por mineiros, fluminenses, paulistas e até gaúchos da primitiva povoação de **N. S. do Campo Alegre da Paraíba Nova**, descoberta e fundada, em 1744, por bandeira partida das minas esgotadas de Airuoca, em Minas, sob a liderança do tenente-coronel do Regimento de Auxiliares de Mogi das Cruzes-Jacareí em São Paulo-Simão da Cunha Gago.

Campo Alegre por ser a região de Resende e imediações, então, uma belíssima, ampla e fértil clareira predestinada à pecuária, assentada sobre planície terciária. Clareira onde teve início o Ciclo do Café no Brasil aqui em Resende e que hoje são ocupadas pela pecuária.

Quando o Conde de Resende assumiu como vice-rei, a atividade econômica no Campo Alegre se intensificara a partir da abertura do Caminho Novo em 1778, ligando por terra o Rio a São Paulo e integrando Resende atual na economia e rompendo o isolamento da mesma.

O café havia surgido em Resende muito promissor. O esgotamento do ouro em Minas provocou uma migração mineira para a atividade pecuária no Campo Alegre. A movimentação do anil, do café, do açúcar exigiu mulas para transportá-las o que marcaria a presença de gaúchos produtores de mulas, circunstância que chegou ao ponto de Resende consumir 1.800 mulas ano para movimentar a plantação do café e escoá-la inicialmente para o Rio por terra e depois até Angra dos Reis, por mais de 60 anos. Quando o conde de Resende assumiu, o Rio era abastecido pelo gado de Resende, preferencialmente a outros, por possuir carne mais macia e saborosa, por criado em planície e alimentado com pasto **capetinga** que era produzido nas orlas das primitivas matas que cobriam os morros de Resende antes do café. O conde de Resende criou então em Resende em 1790, a primeira guarnição militar local — uma **Companhia de Ordenanças do Campo Alegre** a cujas potencialidades o Conde de Resende estava

atento e incentivava sua colonização pelo estímulo a iniciativa privada, com a concessão de terras, preferencialmente a veteranos da Guerra do Sul que findara em 1776, após quase um século de lutas com espanhóis em torno da Colônia do Sacramento. É outra explicação para a presença de gaúchos no vilamento de Resende como os Gomes Jardim, os Barretos e os Marques de Souza entre outros que aqui se reencontraram com a paisagem

Foi aí que o vice-rei Conde de Resende escolheu pessoalmente o local do Campo Alegre para dar foral de vila, a qual desde 28 de setembro de 1801 passou a chamar-se Resende em sua honra e homenagem. Vila que daria origem ao marquesado de Resende, conferido ao marquês de Resende Antônio Teles da Silva Caminha de Menezes, diplomata e historiador de escol que devotou-se a D. Pedro como imperador no do Brasil e Portugal. O conde de Resende governou o Brasil em difíceis circunstâncias econômicas e políticas internas e sobretudo internacionais. E dentro deste contexto é que ele deve ser julgado a concluir-se de Ortega e Gasset ao afirmar: "**Eu sou eu e as minhas circunstâncias**". Assim o criador de Resende governou o Brasil em período coincidente com a decadência do Ciclo do Ouro, com a Revolução Francesa e de potenciais ameaças militares ao Brasil de parte de Napoleão e da Espanha. A última concretizada na Guerra de 1801 no Sul, no Oeste e no Norte. Enfrentou o desafio de governar com poucos recursos de uma economia em transição do Ciclo do Ouro para o do Café e enfrentando os fortes ventos de Liberdade, de Democracia e de República que sopravam sobre o Brasil Colônia, dos Estados Unidos e da França Republicana, bem como ter de fazer o rescaldo da Inconfidência Mineira ocorrida com seu antecessor e cumprir a decisão de d. Maria I, baseada em decisão do Poder Judiciário de Portugal que fez a **Devassa** e condenou Tiradentes a forca, cuja execução teve lugar em 21 de abril de 1792.

No campo estratégico a administração marcante do Brasil pelo Conde de Resende foi marcada entre outras pelas seguintes realizações:

Criação em 17 de dezembro de 1792, aniversário da rainha d. Maria I, na **Casa do Trem de Artilharia**, no Rio, da **Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho**, início do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino civil superior no Brasil com a criação do Curso de Engenharia para militares e civis.. Academia que no consenso dos historiadores militares e civis do Brasil e, sem contestação, é a atual **Academia Militar das Agulhas Negras**, que faz quase 50 anos instalada em Resende, cidade criada pelo Conde de Resende e que desde então recebeu o seu nome.

— Notável ampliação da fronteira de colonização do Brasil através da concessão de terras devolutas, nos mais variados rincões do Brasil e fundação de diversas povoações e criação de novas vilas como foi a de Resende e a de Canguçu-RS..

— Ampliação da base territorial do Brasil, pela força das armas do Sul, Oeste e Norte com novos territórios conquistados na vitoriosa **Guerra de 1801** (14 julho-17 dezembro), prolongamento da guerra na Península em que a Espanha invadiu Portugal e conquistou e não devolveu a cidade de Olivença e o mesmo fez Portugal no Brasil.

— Ampliação notável do cais do Rio de Janeiro, principal porto do Vice-Reino do Brasil.

— Ampliação da capacidade defensiva e do poder de fogos das fortalezas do Rio de Janeiro sob ameaça militar de França e Espanha. _

— Desenvolvimento notável do Rio de Janeiro no tocante a sua urbanização, saneamento, limpeza pública e embelezamento.

A sua administração no Rio de Janeiro foi marcada pelas seguintes obras:

— Cobertura do aqueduto da Carioca que corria a céu aberto sobre canalização de ferro que foi substituída por canalização de pedra.

— Revestimento com abóbadas de pedra da canalização d'água da rua do Cano (atual 7 de Setembro), que cobriu com lages e calçou, bem como trecho da atual

Uruguaiana do' Largo da Carioca e rua do Ouvidor.

— Abertura das atuais ruas do Senado, do Resende (que perpetua o seu nome) e dos Inválidos onde organizou asilo para os Inválidos da Pátria.

— Iniciou a iluminação pública do Rio com lampiões de óleo de peixe, ampliando em muito a fraca iluminação fornecida por 72 oratórios.

— Construção do chafariz do **Largo do Moura** (Regimento de Moura), próximo ao **Museu Histórico Nacional** atual, que serviu por quase um século.

— Fixação dos limites do Campo de Santana, atual Praça da República, que mandou aterrar com apoio em dinheiro, materiais e serviços fornecidos pelos moradores e vizinhanças.

— Deu grande impulso à limpeza pública que fiscalizava pessoalmente e a fazia estender-se até o interior das propriedades, para impedir que o lixo tomasse conta das praças, das ruas e dos quintais e terrenos.

— Exercício com zelo e dedicação das funções de **Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro** responsável pela saúde do povo da capital e particularmente a do povo pobre.

— Aumentou o poder de fogo da fortaleza de Santa Cruz com mais 29 peças.

— Construiu o andar superior do Palácio dos Vice-Reis de onde o Brasil foi governado até 15 de novembro de 1989 e que hoje se encontra restaurado a serviço da cultura do Brasil.

Resende muito se beneficiou de sua ação com o **Caminho Novo** entre São Paulo e Rio que ele melhorou e deu condições de segurança a seus usuários e que integrou desde 1788 Resende à economia nacional e mundial.

O Conde de Resende criador, faz 222 anos, da atual cidade de Resende teve sempre por objetivo o bem e o interesse públicos e na defesa dos mesmos, mostrou-se duro, autoritário e inflexível, tornando-se impopular entre a população.

Mas consagrou-se como homem de iniciativa, e as duas maiores e mais marcantes realizações do Conde de Resende a cidade e município de Resende e a Academia Militar das Agulhas Negras, repito o mais antigo estabelecimento militar acadêmico das Américas e berço do ensino superior civil no Brasil. Isto é o que indica sem contestação a história, a mestra das mestras a mestra da vida.

O Conde de Resende doou o Rincão do Tamanduá onde se assente meu berço natal Canguçu-RS ao Capitão Mor Paulo Rodrigues Xavier Prates, o qual por sua vez doou o Rincão do Tamanduá à recém criada Capela Curada de Nossa Senhora da Conceição .

Fazemos votos de que Resende e os resendenses agora melhores conhecedores do criador da cidade e das difíceis circunstâncias que ele enfrentou passem a ter orgulho dele e a cultuar e a defender a sua memória.

"História é verdade e justiça"

ANEXOS

— Incêndio do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, 1790.

— Execução de Tiradentes em 21 de abril de 1792.

— Devassa sobre carta anônima incitando o povo à rebeldia, e morte do vice-rei etomada do poder pelo Senado da Câmara, com apoio popular.

— Fechamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro por suspeita de debates políticos perigosos, alheios a seus Estatutos.

DADOS BIOGRÁFICOS DO CONDE DE RESENDE CRIADOR EM 1801 DA ATUAL CIDADE DE RESENDE-RJ ENTÃO COM O NOME DE VILA DE RESENDE EM SUA HOMENAGEM.

Tenente-general d., José Luiz de Castro e 2.º conde de Resende (1744-1819) e 13.º vice-rei do Brasil (1790-1801). Nasceu em Lisboa em 19 de agosto de 1744 ano consagrado como o da descoberta do Campo Alegre (Resende atual), pela bandeira ao comando do Tenente-*coronel* do Regimento de Auxiliares de Mogi das Cruzes- Jacarei Simão da Cunha Gago que então fundou a povoação de **N. S. da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova** para distingui-la de Paraíba do Sul no Caminho Novo Rio Minas e no local de travessia do rio Paraíba. Povoação que o Conde de Resende elevaria a vila e que foi instalada com o seu nome 16 dias após passar o governo do Vice-Reino do Brasil ao seu substituto e cerca de 2 meses e meio antes à morte em 14 de julho de 1801 de seu pai d. Antônio José de Cástro, donatário do Conselho da vila de Resende em Portugal, além de senhor da Casa de Resende. O pai do criador de Resende foi o 15.º almirante de Portugal e 5.º Capitão da Guarda Real de Archeiros, além de membro do Conselho de Estado de Portugal e presidente do poderoso Conselho Ultramarinho.

A mãe do criador de Resende foi d. Tereza da Cunha de Távora, filha dos quartos conde e condessa de São Vicente. O vice-rei conde de Resende foi chefe da Casa de Resende de seu pai, 16.º almirante de Portugal e 6.º capitão da Guarda Real de Archeiros.

Assentou praça como cadete aos 14 anos, em 19 de dezembro de 1758. Em 20 de fevereiro de 1765 foi promovido a capitão. Como sargento-maior (major) casou aos 30 anos com d. Maria do Rosário Noronha, herdeira de d. Lourenço de Noronha governador da Índia. Tenente-coronel em 15 de outubro de 1777 veio para o Brasil comissionado coronel para exercer o cargo de Vice-Rei do Brasil com o título de Capitão General de -Mar-e-Terra do Vice-Reinado do Brasil e portanto a mais alta autoridade militar do Brasil.

Após governar o Brasil por mais 11 anos e 3 meses retornou a Portugal sendo lá, em reconhecimento aos assinalados serviços prestados a Portugal no Brasil, em conjuntura econômica à **Grã-Cruz da Ordem de Aviz**. Viveu de 1801-1918, dos 57 aos 75 anos vida recolhida e discreta em seu palácio de Santa Clara, em Lisboa onde morreu em 23 de março de 1919, deixando seu nome ligado a cidade e rua Resende.

Um marquês de Resende referente a vila de Resende brasileira

Além dos condes de Resende existiu o marquês de Resende, cujo marquesado foi constituído pela vila de Resende brasileira. Foi Antônio da Silva Caminha e Menezes, português, diplomata e historiador que chegou ao Brasil com 17 anos e fez brilhante carreira diplomática e de escritor. Ele acompanhou d. Pedro do Brasil e em Portugal quando este abdicou. Devotou-se a ele como d., Pedro IV de Portugal bem como a sua filha e imperatriz. Foi membro da Academia Real de Ciências de Portugal. Morreu em 8 de abril de 1875, aos 85 anos, tendo prestado ao Brasil relevantes serviços diplomáticos por mais de 23 anos.

Bicentenário de nascimento do conde de Resende e instalação da AMAN em 1944

Quando transcorreu o bicentenário da fundação de Resende e do nascimento do conde de Resende, coincidentemente, ocorreu a instalação em Resende da Academia Militar das Agulhas Negras, então com o nome de Escola Militar de Resende, a qual, por evolução, fusões, transformações e denominações sucessivas e no consenso dos historiadores brasileiros civis e militares e sem contradição histórica é a **Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho** instalada na Casa do Trem de Artilharia e, 17 de dezembro de 1792, aniversário da rainha dona Maria I e destinada, então, a formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros para o Vice-Reinado do Brasil. Academia Real fundada pelo conde de Resende que hoje do alto assiste as suas maiores

e mais permanentes obras, reunidas na primitiva povoação de N. S. da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova, fundada no ano em que ele nasceu. São elas a cidade

de Resende e a Academia Militar que ele criou em 1792. Será um capricho do destino?

Assim sendo, a Academia Militar das Agulhas Negras completaria em 17 de dezembro próximo 200 anos, carregando a tradição de ser o mais antigo estabelecimento militar acadêmico das Américas, além de berço do ensino superior civil no Brasil, ao nela instalar, em 1792, curso formal de Engenharia Civil que será assim evocado pela Escola de Engenharia da UFRJ. Foi a Real Academia do conde de Resende que com suas instalações, equipamentos, corpos docente e discente infra-estruturou a Academia Real criada pelo príncipe D. João na mesma Casa do Trem com a amplitude agora, de não só Academia Militar do Vice-Reino do Brasil, mas do Reino de Portugal. Este é o entendimento atual dos historiadores militares generais Aurélio Lyra Tavares, Francisco de Paula e Azevedo Ponde, Umberto Peregrino e coronéis Francisco Ruas Santos e nosso com apoio em Paulo Pardal e no general Adailton Pirassinunga.

(ACADEMIA RESENDENSE DE HISTÓRIA (ARDHIS), posse de Cláudio Moreira Bento na cadeira que tem por patrono o conde de Resende criador de Resende-RJ).

ANEXO B

Problemas graves enfrentados pelo vice-rei conde de Resende : à espera de um julgamento sereno pelo Tribunal da História dentro das difíceis circunstâncias econômicas e políticas da época.

1 — **Incêndio do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1790.** Isto ocorreu 11 dias depois de o conde de Resende iniciar seu governo. O Senado da Câmara era presidido desde 1786 pelo dr. Baltazar da Silva Lisboa, irmão do futuro visconde de Cairu e formado em leis e filosofia em Coimbra, pesquisador de produtos naturais e futuro historiador da cidade do Rio de Janeiro e protegido do poderoso secretário de Marinha e Domínios Ultramarinos de Portugal — Martinho de Mello e Castro. O incêndio reduziu a cinzas o arquivo da Câmara que continha leis econômicas, provisões, cartas régias, ordens, decretos, títulos, privilégios, honras, isenções com os quais se vinham há 200 anos conduzindo a administração do Rio de Janeiro. Isto causou grandes prejuízos, transtornos, dores e confusões e até desgraças para os que dependiam do que eles continham. Correu que o incêndio fora criminoso. Uns culpavam o próprio presidente da Câmara e este fazia espalhar boatos de que fora o vice-rei há poucos dias no governo. Dai surgiu uma histórica e movimentada incompatibilidade entre o presidente da Câmara e o vice-rei. Este considerava o presidente da Câmara corrupto, omissivo e indiferente as suas obrigações de modo que em 9 de janeiro de 1791 dirigiu-lhe carta em que dizia mais ou menos isto:

“Cansado de sofrer e ver os outros sofrerem, lembro o seu dever de fazer com a Câmara, que acaba de concluir mais. um ano legislativo, uma prestação de contas, bem como concluir outros negócios que, ainda mal, tem de presidir. Não digo nada sobre este assunto nem sobre outros em que tão desgraçadamente tem figurado, esperando que o tempo e a Justiça o façam reconhecer os seus erros e também o respeito com que me deve tratar como vice-rei do Brasil...”

Este era o clima de relacionamento vice-rei x presidente da Câmara bastante deteriorado.

O dr. Baltazar como presidente da Câmara testemunhou a execução de Tiradentes e foi o primeiro a assinar um Bando (Edital) convidando o povo do Rio **"para colocar luminárias, 3 noites seguidas, em regozijo à clemência da rainha d. Maria e por ter o Rio ficado ileso e incontaminado pela Inconfidência Mineira"**, o que é falso como provou, em 1989, no IHGB, Herculano Gomes Mathias e que também referiu que o dr. Baltazar "historiador do Rio" omitiu em seus **Anais da Cidade do Rio de Janeiro** em 1834 toda a **Inconfidência no Rio**, onde ele presidia a Câmara. Portanto são suspeitas

todas as suas apreciações nesta obra sobre o conde de Resende que delas não pode se defender por estar há 15 anos morto. Apreciações que só poderiam ser levadas em conta após um aprofundamento do movimentado incidente entre eles.

2 — Execução de Tiradentes em 21 de abril de 1792. Interpretações apressadas têm apontado o conde de Resende como a autoridade que condenou Tiradentes à morte e, em consequência condenado a sua memória, alvo de deturpações, silêncios e outras perseguições, como a de omitirem a sua assinalada obra administrativa no Rio de Janeiro e Brasil. Em realidade e a bem da verdade, quando o conde de Resende chegou no Brasil já havia ocorrido a Inconfidência Mineira e já estava em curso adiantado a **Devassa da Inconfidência Mineira**, promovida pelo **Poder Judiciário de Portugal**, através de equipe enviada especialmente para tal de Portugal e independente do conde de Resende, que pouco representava naquele Poder Executivo. O ato de condenação foi ratificado pela rainha d. Maria e ao conde de Resende só coube mandar executá-la dentro de suas circunstâncias. Mas consta que como Provedor da Santa Casa do Rio de Janeiro, esta através de sua mordomia dos Presos pagou advogado de defesa de Tiradentes, a vestia com que foi executado e ainda a Irmandade da Casa acompanhou o nosso mártir com o seu pavilhão até o patíbulo, podendo até suspendê-la caso falhasse a execução.

“Eu sou eu e as minhas circunstâncias” (Ortega y Gasset) e estas foram as do conde de Resende. D. Maria foi que executou Tiradentes, mas nem por isso a **Escola Naval do Brasil** deixa de cultuá-la como a sua criadora em 1782.

3 — Devassa sobre carta anônima concitando o povo à rebeldia, à morte do vice-rei e tomada do poder pela Câmara do Rio com apoio popular.

O presidente da Câmara do Rio, dr. Baltasar Lisboa, entregou em janeiro de 1793 ao chanceler da Relação o 1.º que assinara recomendação de sentenciar a morte de Tiradentes, uma carta anônima que lhe havia chegado de Portugal a bordo do navio **Pedra** e que tinha por objetivo o assunto em epígrafe — **uma rebelião**.

O conde de Resende determinou um rigoroso inquérito sobre a carta em 14 de janeiro de 1793, o chanceler da Relação suspeitou que a carta fosse de autoria do dr. Baltasar e transmitiu sua convicção, sem prova concreta, ao conde de Resende que por sua vez a transmitiu ao poderoso Martinho de Melo e Castro,

“O juiz de fora desta cidade do Rio de Janeiro — dr. Baltasar Lisboa, natural da Bahia, tem talento suficiente para produzir as idéias que se encontram na dita carta a folha três. O seu gênio é pouco inclinado ao sossego, tendo-se implicado em disputas, algumas delas desnecessárias, não só com alguns ministros, mas até com os vice-reis, tanto com o atual como com o meu antecessor. Ele possui toda a resolução e animosidade para por em prática as lembranças que lhe ocorreram, se lhe parecer que elas lhe podem ser úteis. . . ”

Para aliviar a pressão sobre ele o dr. Baltasar na mesma época denunciou o contrabando jamais visto de fazendas, praticado no Rio por 32 navios ingleses. Isto agradou o ministro da Marinha e Ultramarino e o processo sobre a carta anônima terminou sendo arquivado. É mais um dado para o julgamento histórico do conde de Resende e da obra sobre a História, do dr. Baltasar, sobre o Rio de Janeiro que elogiava muito a administração portuguesa, segundo com freqüência comunicava a seu protetor citado.

4 — Fechamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro

Em 1786 havia se formado uma **Sociedade Literária no Rio de Janeiro** que se reunia na rua 7 de Setembro atual, em casa do advogado Manuel Inácio da Silva Alvarenga. O conde de Resende, segundo Herculano Mathias, permitiu o seu funcionamento e até estimulou a sua atividade por ela não ter tido nenhum envolvimento com a **Inconfidência Mineira**. Mas recebeu de um padre e de um advogado uma denúncia de

que a **Sociedade Literária do Rio**, contrariamente ao previsto nos Estatutos, estava

servindo para o debate público de questões políticas relacionadas com a **Revolução Francesa**. Por esta razão ela foi fechada e instaurada uma **Devassa** que durou de 11 de dezembro de 1794 a 14 de maio de 1796) (dois anos e cinco meses), e os principais acusados recolhidos a **Fortaleza N. S. da Conceição** e **Hospital da Penitência** (Manuel Inácio Alvarenga, Mariano José Pereira da Fonseca etc). Os réus apelaram ao príncipe d. João. Este intercedeu junto a rainha com apoio no parecer da **Relação** (Justiça no Rio) que afirmou:

“que os réus só haviam mantido diálogos particulares e privados de que a República era preferível do que a Monarquia e que os reis eram opressores e outras afirmações políticas perigosas. . .”

A rainha através do príncipe e este através do seu ministro d. Rodrigo de Souza Coutinho, determinou fosse dada a seguinte orientação ao conde de Resende:

“ Se o conde de Resende como vice-rei entendesse que havia 'culpados que os enviasse a Lisboa com as provas de culpa.Se entendesse que os envolvidos fossem inocentes que os colocasse em liberdade.”

O conde de Resende respondeu então ao ministro d. Rodrigo de Sousa Coutinho que viria a ser o primeiro ministro da Guerra do Brasil, em 1808:

“Escolhi o último partido por ser mais conforme a Humanidade.Era a libertação dos envolvidos.”

E assim teve fim este lamentável episódio, quando no mundo começava a ruir o despotismo dos reis e inclusive em Portugal que entre os déspotas esclarecidos havia contado com o marquês de Pombal.

Enfim são fatos e circunstâncias históricas que melhor ajudam a entender em seu tempo histórico a figura do conde de Resende o criador, por sua escolha pessoal, de uma única vila, a de Resende que recebeu seu nome em sua honra e homenagem, após deixar o governo do Vice-Reinado do Brasil. E mais do que isto hoje considerado com muita justiça o fundador do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino superior oficial no Brasil ao criar em 17 de dezembro de 1792 a Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho na Casa do Trem de Artilharia (atual Museu Histórico Nacional).

O Processo de Julgamento de Tiradentes que resultou em sua condenação à força, segundo Herculano Gomes Mathias, foi iniciado pela **Alçada** em janeiro de 1791, e concluído em 18 de abril de 1792 e conduzido por Sebastião de Xavier Vasconcelos Coutinho, presidente do Tribunal da Alçada; Antônio Diniz da Cruz e Silva, desembargador; Antônio Gomes Ribeiro, desembargadores , enviados de Portugal.

Foram eles que condenaram Tiradentes à força como Poder Judiciário. A FAHIMTB possui cadeira especial com o nome Conde de Resende que foi inaugurada em Lisboa no Clube da Marinha pelo acadêmico Rui Santos Vargas delegado, da Delegacia D. João VI em Lisboa, Personalidade sob cuja égide foram criadas no Brasil a Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho em 1792 e em 1910 a Academia Real Militar



Legenda, Acima foto da Real Academia de Fortificação e desenho a seu lado a Academia Real Militar e abaixo a Academia Militar das Agulhas Negras. Fotos constantes de meu álbum Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil lançadas no Clube do Exército em Brasília e apresentada pessoalmente pelo Ministro do Exército Gen Ex Leonidas Pires Gonçalves

Fontes consultadas

FONTES CONSULTADAS p.4

BENTO, Cláudio Moreira, cel., **Escolas de Formação de Oficiais das FF.AA. do Brasil.** Rio, FHE-Poupex, 1988 (álbum).

_____. A mais antiga Academia Militar das Américas. Publicado em 1992, na **A Defesa Nacional, no Ombro a Ombro, no Boletim do IEV, na RIHGB e lido na CEPHAS do IHGB e no NEPHIM**, do IGHMB.

_____. **A saga da Santa Casa de Misericórdia de Resende** (inédito). CAMPO BELO, Barão de. Governadores Gerais e Vice-Rei, Lisboa, 1935.

_____. **Canguçu reencontro com a História um exemplo de reconstrução de memória comunitária.** Resende-RJ: ACANDHIS 2007. Disponível no Google.

CHAGAS, Manoel P. **Dicionário pop. hist. e geogr.** Lisboa, 1881, v. 10.

MATHIAS, Herculano Gomes. Conf. no IHGB em 9 março 89 (cópia cedida ao autor). REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, v. 31, p. 266.

ACADEMIA RESENDENSE DE HISTÓRIA (ARDHIS) posse de Cláudio Moreira Bento na cadeira que tem como patrono o Conde de Resende, o criador de Resende em 1801.

ANEXO A

BENTO, Cláudio Moreira Bento Conde de Resende o fundador do Ensino Militar Acadêmico nas Américas e do Ensino Superior Civil no Brasil no **Ombro a Ombro**, no

Boletim do IEV, na **RIHGB** e lido na **CEPHAS** do IHGB e no **NEPHIM**, do IGHMB.
 _____. **A saga da Santa Casa de Misericórdia de Resende** (inédito). CAMPO BELO, Barão de. Governadores Gerais e Vice-Rei, Lisboa, 1935.
 , _____. **Canguçu reencontro com a História um exemplo de reconstrução de memória comunitária**. Resende-RJ: ACANDHIS 2007. Disponível no Google.

CHAGAS, Manoel P. **Dicionário pop. hist. e geogr.** Lisboa, 1881, v. 10.

MATHIAS, Herculano Gomes. Conf. no IHGB em 9 março 89 (cópia cedida ao autor).

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, v. 31, p. 266.

ACADEMIA RESENDENSE DE HISTÓRIA (ARDHIS) posse de Cláudio Moreira Bento na cadeira que tem como patrono o Conde de Resende, o criador de Resende em 1801.

Nota: O meu discurso sobre o Conde de Resende a convite da Câmara de Vereadores de Resende resultou na criação da Comenda Conde de Resende, da qual eu fui agraciado.

POSSE DA CADEIRA D. JOSÉ LUÍS DE CASTRO, 13.º VICE-REI DO BRASIL E 2.º CONDE DE RESENDE E ELOGIO AO PATRONO POR RUI SANTOS VARGAS DELEGADO EM PORTUGAL DA DELEGACIA D. JOÃO VI E DA DELEGACIA DA FAHIMTB EM PORTUGAL NO CLUBE NAVAL



Acadêmico da FAHIMTB e Delegado da mesma em Portugal da Delegacia D. João VI

LISBOA, 16 DE JUNHO DE 2011

NOTA PRELIMINAR:

Ilustríssimo Senhor Cel Cláudio Moreira Bento - Presidente da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil em Resende,

Quero começar por agradecer a nomeação para Acadêmico de História Militar Terrestre do Brasil, considerando-a uma responsabilidade que aceito com agrado e espírito de missão.

Agrado por me fazer ombrear com um vasto leque de historiadores militar terrestres que integram esta Academia, cujos conhecidos méritos se traduzem nas inúmeras e excelentes obras produzidas. Acadêmicos que são superiormente dirigidos pelo Ilustríssimo Presidente que é um exemplo de dedicação e trabalho à História Militar do Brasil.

E espírito de missão porque entendo a qualidade de membro desta Academia como um ponto de partida para uma investigação da história militar terrestre mais detalhada, mais dedicada e mais crítica.

Por isso peço ao Ilustríssimo Presidente que transmita aos demais Acadêmicos

estemeu compromisso de dedicação, tentando fazer jus à nomeação e à Academia.

ELOGIO AO PATRONO:

Quanto ao Patrono da cadeira de que tomo posse, D. José Luís de Castro, 2.º Conde de Resende, 13.º Vice-Rei do Brasil, compete-me fazer o seu elogio.

O Tenente-General D. José Luís de Castro nasceu em Lisboa a 19 de Agosto de 1744, filho de D. António José de Castro, 1.º Conde de Resende¹, 15.º Almirante de Portugal, 5.º Capitão da Guarda Real de Arqueiros e Presidente dos Conselhos de Estado e Ultramarino, e de D. Teresa da Cunha Távora, filha dos 4.ºs Condes de São Vicente.



D. José Luís de Castro

Para além de 2.º Conde de Resende e de 13.º Vice-Rei do Brasil, foi ainda 11.º Senhor de Penela, 13.º de Roriz e Bemviver, do morgado de Resende, 16.º Almirante de Portugal e 6.º Capitão da Guarda Real de Arqueiros.

Assentou praça no Regimento de Cavalaria de Alcântara, como Cadete aos 14 anos, em 19 de Dezembro de 1758, abraçando a carreira das armas. A 19 de Fevereiro de 1761 foi promovido por decreto a Capitão, e neste posto é nomeado, a 29 de Maio de 1762, ajudante das ordens do General José Bernardo da Cunha. A 11 de Setembro de 1774, já com a patente de Sargento-Mor (o que corresponderia hoje ao posto de Major), casou com D. Maria do Rosário Noronha², filha herdeira de D. Lourenço de Noronha, Governador da Índia, e de sua mulher D. Maria Ana de Portugal. É depois promovido, por decreto de 27 de Setembro de 1777, a Tenente-Coronel. O decreto da promoção de D. José Luís de Castro a Coronel, datado de 11 de Maio de 1789, refere que havia sido nomeado —Vice-Rei e Capitão-General de mar e terra do Estado do Brasil por decreto de Outubro findo do Conselho Ultramarino³. Refere ainda que deveria conservar a sua antiguidade enquanto de durasse a sua ausência.

Começa então em 1790 a exercer o Vice-Reinado do Brasil, o que aliado ao título de Capitão-General de mar e terra, lhe dava os mais elevados poderes nas áreas executiva e militar. Ressalvo que não tinha autoridade no campo judicial, o que é muito importante para desmontar a fama que ganhou, como o responsável pela morte do Alferes Tiradentes no caso chamado Inconfidência Mineira.

O seu desempenho na função de Vice-Rei foi brilhante, pese embora a aura impopular que ganhou, resultado de intrigas palacianas e de Historiadores pouco escrupulosos e não isentos.

Resumirei as mais importantes acções do seu Vice-Reinado:

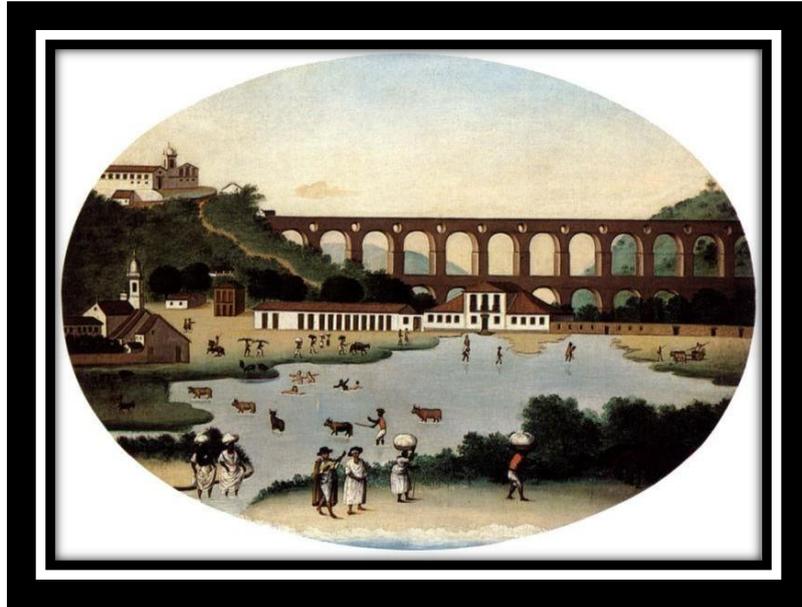
- Cria a 17 de Dezembro de 1792, aniversário da Rainha D. Maria I, no Rio de Janeiro, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, destinada à formação de oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros militares e civis. Instalada na Casa do Trem (onde hoje está localizado o Museu Nacional) esta Academia é não só a primeira instituição de ensino superior do Brasil (militar e civil), como a primeira academia militar de todo o continente americano. É de notar que o Congresso Norte-Americano apenas em 1801 criou a conhecida Academia Militar de West Point.



Casa do Trem, no Rio de Janeiro

- Alarga substancialmente o território do Vice-Reino do Brasil, como resultado de acções militares no âmbito da Guerra das Laranjas que, em 1801, opôs Espanha a Portugal. Por esta via incorporou no Rio Grande do Sul os Sete Povos das Missões, os territórios localizados entre os rios Piratini e Jaguarão, os Arroios Taim e Chui, aumentou o sul do Mato Grosso e parte do actual Estado do Amapá.
- Promove a colonização do Brasil pela concessão de terras devolutas, pela criação de povoações e vilas, sendo de destacar uma no Campo Alegre, que desde 29 de Setembro de 1801, se denomina Resende em sua honra.
- Amplia extraordinariamente o cais do porto do Rio de Janeiro³, mandado construir pelo anterior Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, que à época era o principal porto do Vice-Reino.
- Acrescenta o andar superior do Palácio dos Vice-Reis, sede do poder até ao fim do período Brasil Império, ou seja, até 15 de Novembro de 1889.
- Amplia a capacidade defensiva e o poder de fogo das fortalezas do Rio de Janeiro.
- Constrói na rua dos Inválidos da Pátria um asilo para soldados que no serviço militar tenham obtido lesões que impossibilitassem o seu auto-sustento.
- Organiza os serviços de correio público na cidade do Rio de Janeiro, e é também durante o seu Vice-Reinado que a Coroa institui o serviço de correio marítimo entre o Reino e o Brasil.

- Melhora substancialmente no Rio de Janeiro o urbanismo, o saneamento, a higiene e limpeza públicas, sendo de destacar entre as suas obras:
- Cobertura do aqueduto da Carioca, que corria a céu aberto em canalização de ferro que foi substituída por outra de pedra;



Aqueduto da Carioca cerca de 1790

- Revestimento com abóbadas de pedra da canalização da água na rua do Cano (actual Rua 7 de Setembro), tendo pavimentado para além desta a rua do Ouvidor, o Largo da Carioca e parte da actual Rua Uruguaiana.
- Abertura das actuais ruas do Senado, do Resende (outra homenagem) e dos Inválidos da Pátria.
- Instalou iluminação pública no Rio de Janeiro, a óleo de peixe, dada a luz insuficiente gerada por 72 oratórios.
- Construção do Chafariz do Largo do Moura que funcionou por quase um século.
- Fixação dos limites do Campo de Santana (actual Praça da República), que mandou aterrar com apoio em dinheiro, materiais e mão-de-obra dos moradores e vizinhanças.
- Deu grande impulso à limpeza pública, que fiscalizava pessoalmente inclusivamente no interior de propriedades.
- Melhorou e deu condições de circulação em segurança ao Caminho Novo, estrada entre São Paulo e o Rio de Janeiro, o que permitiu à vila de Resende poder escoar com mais facilidade as suas maiores produções: gado e café.



D. José Luís de Castro

Mas durante o seu Vice-Reinado, D. José Luís de Castro, enfrentou graves questões que, aliadas às dificuldades económicas resultantes do fecho do ciclo do ouro, e aos ventos de mudança vindos de França que ditariam o fim do *ancient regime*, muito dificultaram a sua acção. Foram quatro as graves questões que teve de enfrentar:

- Relacionamento com o Presidente da Câmara do Rio de Janeiro e incêndio no senado da mesma Câmara (1790);
- Execução do Tiradentes (1792);
- Carta anónima incitando a população à revolta, à liquidação do Vice-Rei e à tomada do poder pela Câmara do Rio de Janeiro com apoio popular (1793);
- Encerramento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1794).

Quanto à primeira questão, a 20 de Julho de 1790, apenas 11 dias após ter tomado posse como Vice-Rei, ocorre um incêndio no Senado da Câmara do Rio de Janeiro, que era presidido, desde 1786, pelo Dr. Baltazar da Silva Lisboa, formado em Leis e Filosofia pela Universidade de Coimbra e pesquisador de produtos naturais.

Baltazar da Silva Lisboa, com o apoio de Secretário do Reino da Marinha e Domínios Ultramarino, D. Martinho de Mello e Castro, fará uma forte oposição ao Vice-Rei e porá a circular o boato de que fora o próprio D. José Luís de Castro a mandar atear o incêndio. Anos mais tarde, quando se dedicar ao estudo da história do Rio de Janeiro, irá deturpar a história a seu favor omitindo e falseando diversos factos.

O incêndio destruiu o arquivo da Câmara que continha leis económicas, provisões, cartas régias, ordens, decretos, títulos, privilégios, honras, inserções e os mais variados documentos dos últimos 200 anos, o que provocou grandes prejuízos para o funcionamento da Câmara e para as populações que dependiam dessas informações entretanto perdidas.

Circulava o boato de que o fogo tinha origem criminosa, sendo que uns culpavam o Presidente da Câmara, e este fazia espalhar o boato da culpa do Vice-Rei.

A incompatibilidade entre ambos agravou-se ao ponto de D. José Luís de Castro escrever ao Dr. Baltazar da Silva Lisboa lembrando-lhe para que cumprisse com as suas obrigações de Presidente da Câmara, ainda que mal, e fazendo-lhe notar o respeito que lhe era devido pela função de Vice-Rei que desempenhava.

Outro facto que marcou o Vice-Reinado de D. José Luís de Castro, e que dizimou injustamente a sua reputação até aos dias de hoje, foi a execução do Alferes Joaquim

José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, a 21 de Abril de 1792.

Apesar de diversa bibliografia situar a Inconfidência Mineira⁴ no Vice- Reinado de D. José Luís de Castro, a realidade é que quando este toma posse já este episódio tinha decorrido e estava em adiantado processo a devassa ou inquérito ao mesmo. Esta devassa foi conduzida por uma equipa especialmente enviada do Reino, constituída por Sebastião Xavier Vasconcelos Coutinho, Presidente do Tribunal da Alçada, por António Diniz da Cruz e Silva, desembargador, e por António Gomes Ribeiro também desembargador. Este tribunal condena todos os líderes inconfidentes à forca, mas a Rainha D. Maria I comuta a pena de todos, excepto a pena de Tiradentes. Ao Vice-Rei, como Poder Executivo, restou fazer cumprir as ordens do poder Judicial, sancionadas pela Rainha.

A reforçar o facto de D. José Luís de Castro⁵ não estar ligado à condenação de Tiradentes, está o apoio que deu como Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. De facto, a Mordomia dos Presos desta Santa Casa pagou o advogado de defesa de Tiradentes e até a roupa com que este foi executado.

Quanto à terceira questão, ou seja, quanto à missiva anónima que incitava à rebelião, à morte do Vice-Rei e à tomada do poder pela Câmara do Rio de Janeiro, há que notar que é mais uma vez o Dr. Baltazar da Silva Lisboa que entrega, em Janeiro de 1793, ao Chanceler da Relação uma carta anónima dizendo tê-la recebido do Reino, trazida pelo navio Pedra.

O Vice-Rei ordena um rigoroso inquérito sobre a carta a 14 de Janeiro de 1793. O Chanceler da Relação suspeitou que a carta fosse da autoria do Dr. Baltazar da Silva Lisboa e transmitiu essa sua convicção, sem provas concretas, ao Vice-Rei que, por sua vez, transmitiu a D. Martinho de Mello e Castro, Secretário do Reino da Marinha e Domínios Ultramarino e protector do Dr. Baltazar:

O Juiz de Fora desta cidade do Rio de Janeiro – Dr. Baltazar Lisboa, natural da Bahia, tem talento suficiente para produzir as ideias que se encontram na dita carta à folha três. O seu génio é pouco inclinado ao sossego, tendo-se implicado em disputas, algumas delas desnecessárias, não só com alguns ministros, mas até com os vice-reis, tanto com o actual como com o meu antecessor. Ele possui toda a resolução e animosidade para pôr em prática as lembranças que lhe ocorreram, se lhe parecer que elas lhe podem ser úteis...

Baltazar Lisboa, com o intuito de melhorar a imagem que o Ministro dele tinha e para amenizar o problema da carta anónima, denuncia o contrabando de fazendas praticado no Rio de Janeiro por 32 navios britânicos. O processo da carta anónima acabou por ser arquivado.

A última grave questão que abordaremos do Vice-Reinado de D. José Luís de Castro é o encerramento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Em 1786 formou-se uma Sociedade Literária no Rio de Janeiro que se reunia na casa do advogado Manuel Inácio da Silva Alvarenga, na actual Rua 7 de Setembro. O Conde de Resende não só permitiu o seu funcionamento como até o estimulou, atendo a que a Sociedade Literária não tinha tido qualquer envolvimento na Inconfidência Mineira. Todavia, um padre e um advogado fizeram uma denúncia de que na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, contrariamente ao previsto nos estatutos da Sociedade, se fazia o debate público de

questões políticas relacionadas com a Revolução Francesa. Por esta razão a Sociedade Literária foi encerrada e instaurada uma devassa que durou desde 11 de Dezembro de 1794 a 14 de Maio de 1796, e os principais acusados detidos na fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e no Hospital da Penitência. Os réus apelaram ao Príncipe D. João, que intercedeu junto da Rainha apoiando-se no parecer da Relação do Rio de Janeiro que afirmava:

os réus haviam mantido diálogos particulares e privados de que a República era preferível à Monarquia e que os reis eram opressores e outras afirmações políticas perigosas...

A Rainha através do Príncipe, e este através do seu Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, determinou que fosse dada a seguinte orientação:

Se o Conde de Resende como Vice-Rei entendesse que havia culpados que os enviasse para Lisboa com as provas de culpa. Se entendesse que os envolvidos fossem inocentes que os colocasse em liberdade.

O Conde de Resende respondeu ao mesmo ministro:

Escolhi o último partido por ser mais conforme com a Humanidade.

Isto mostra como era D. José Luís de Castro, não sendo um amante do livre arbítrio ou um déspota como algumas fontes o intitulam.

Algumas fontes colocam o Conde de Resende a participar como Coronel na Campanha do Rossilhão⁶, o que implicaria um regresso à Europa durante a vigência do seu vice-reinado. Uma dessas fontes, que nos merece bastante crédito é o decreto de 17 de Dezembro de 1795 que trata da sua graduação em Marechal de Campo, e que é referente à promoção de oficiais que se tinham distinguido nesta campanha.

D. José Luís de Castro é efectivado no posto de Marechal de Campo a 20 de Novembro de 1796, e promovido a Tenente-General a 18 de Setembro de 1799, ou seja, ainda nas funções de Vice-Rei do Brasil, e não já de regresso ao Reino.

Terminado o Vice-Reinado o Conde de Resende regressa a Lisboa, e foi nomeado Conselheiro de Guerra, a 12 de Outubro de 1803. Retirou-se da vida política fixando residência no Palácio Santa Clara, no Campo de Santa Clara em Lisboa, onde hoje estão localizadas as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, estabelecimento comercial e fabril do Exército Português.

Em reconhecimento dos destacados serviços prestados a Portugal no Brasil, foi-lhe atribuída a Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Avis.

Faleceu em Lisboa a 23 de Março de 1819.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Sabendo-se que a transferência da Corte para o Brasil já por diversas vezes tinha sido equacionada⁷, como se veio a verificar em 1808, coloca-se a questão se as obras que D. José Luís de Castro leva a cabo no Rio de Janeiro, tornando a cidade mais ao jeito europeu, e a melhoria das condições de defesa e de capacidade de fogo, não estariam relacionadas com a suposta vinda da Corte. Será que recebeu ordens para preparar a

vinda da Corte para o Rio de Janeiro? Estudos mais aprofundados poderão responder a esta questão.

Os historiadores e os políticos brasileiros fizeram do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, dadas as tristes circunstâncias da sua morte, um mártir da Pátria brasileira, um herói precursor e impulsionador da independência do Brasil. E o povo brasileiro acolheu apaixonadamente o seu herói e elevou-o ao altar dos imortais da Pátria brasileira. Porém, o mesmo movimento de exaltação que promoveu Tiradentes ao firmamento, atirou para o abismo do desprezo⁸ a memória do 13.º Vice-Rei do Brasil, D. José Luís de Castro, 2.º Conde de Resende. E o povo brasileiro, talvez pouco esclarecido ou manipulado, com o mesmo ardor com que venera Tiradentes, rejeita o Conde de Resende como um construtor dum Brasil imenso. Em nossa opinião essa rejeição é injusta. O vice-reinado de D. José Luís de Castro foi muito mais do que a conclusão da devassa da Inconfidência Mineira e a execução de Tiradentes. Se hoje o Brasil tem uma dimensão continental, também o deve ao Conde de Resende. Tal como deve a criação da vila, hoje cidade de Resende, a fundação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, o desenvolvimento urbanístico e de saneamento do Rio de Janeiro eventualmente preparador da transferência da Corte, entre outras obras.

Mas se é compreensível a rejeição do povo brasileiro à memória do Conde de Resende, ainda que não se concorde, não é compreensível o total e completo esquecimento do 2.º Conde de Resende em Portugal.

Há portanto justificado trabalho a ser feito, de ambos os lados do Atlântico, e este elogio para a posse na Cadeira D. José Luís de Castro, 13.º Vice-Rei do Brasil e 2.º Conde de Resende, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Resende é o meu modesto contributo.

NOTAS

¹ O título foi-lhe concedido, de juro e herdade, com três dispensas da lei mental, como compensação da renúncia em favor da Coroa dos seus grandes domínios no Brasil, por Carta de 9 de Junho de 1754 (Rei D. José).

² Na esquadra que em 1808 transferiu a Corte portuguesa para o Rio de Janeiro estava integrado um brigue de nome —Condessa de Resendell eventualmente em sua honra. Carecede mais informação.

³ Obteve financiamento através da concessão de patentes de Oficiais de Cais, a todos os que pagassem uma taxa destinada a custear estas obras.

⁴ Movimento insurreccional nascido em Minas Gerais e que tinha como objectivo principal a independência do Brasil. O levantamento deveria dar-se em princípios de 1789, aproveitando o pretexto do lançamento de uma derrama sobre a exploração do ouro, o que não se verificou. A revolução acabou por abortar, sendo os seus líderes denunciados.

⁵ No período em que D. José Luís de Castro foi Provedor a Santa Casa perdeu muitos de seus imóveis, vendidos a qualquer preço aos nobres, por execução de um Alvará Real, expedido pelo Marquês de Pombal em 1796, que determinava a venda de todos os bens da irmandade. O Conde de Resende conseguiu evitar a falência total, salvando alguns imóveis. Em 1800 conseguiu o retorno de alguns bens que estavam em poder do Reino.

⁶ A Campanha do Rossilhão (1793-1795), ou Campanhas do Rossilhão e da Catalunha, foi uma campanha que levou Portugal, Espanha e Inglaterra a enfrentar a França. Portugal participou com uma divisão de 6 regimentos de infantaria (5600 homens) e um corpo de Artilharia com 22 bocas de fogo.

⁷ Desde o século XVII, no período da Restauração (1640), ela aparece nas conversações políticas, volta à

pauta no século seguinte, com D. Luís da Cunha e o Marquês de Pombal. Novamente se pensaria nessa alternativa por ocasião do terramoto de 1775 e, depois, durante a invasão do Reino em 1792. Mas foi a Paz de Basileia (22 de Julho de 1795), que pôe fim à Campanha do Rossilhão, negociada por Manuel Godoy, poderoso ministro de Carlos IV — Rei da Espanha — promovendo a aliança entre a França e a Espanha, que exigiu uma reviravolta diplomática na política externa das monarquias ibéricas, resultando na vinda da família real portuguesa para o Brasil.

⁸ Como exemplos dessa vontade de eliminar o Conde de Resende da vida brasileira lembramos as alterações da denominação da Estação Ferroviária de Resende para Estação Ferroviária de Agulhas Negras e, mais lamentável por ser uma casa de cultura, a alteração de Escola Militar de Resende para Escola Militar de Agulhas Negras.

FONTES

www.ahimtb.org.br

O Guararapes – Órgão de Divulgação das Atividades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Resende, n.º 17, Julho/Agosto de 1998.

O Guararapes – Órgão de Divulgação das Atividades da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Resende, Resende, n.º 1, Março de 2011.

BIBLIOGRAFIA

BENTO, Coronel Cláudio Moreira — *Resende – Cidade e Município – 204.º Aniversário*. www.ahimtb.org.br, consultado a 10.06.2011.

COSTA, Coronel António José Pereira - *Os Generais do Exército Português*. 1.º Volume, I Tomo, Lisboa: Biblioteca do Exército, 2003.

ESTRELA, Paulo Jorge – *Ordens e Condecorações Portuguesas 1793-1894*. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

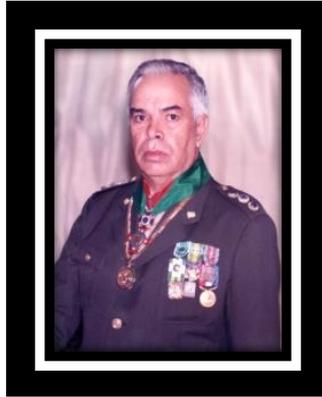
GERALDO, José Custódio Madaleno – *As Invasões Napoleónicas: Desde a Ida da Família real para o Brasil às Linhas de Torres 1807-1811*. Lisboa: Âncora Editora, 2011.

VENTURA, António – *Guerra das Laranjas: 1801*. Lisboa: QuidNovi, 2006. VICENTE,

António Pedro – *Campanhas do Rossilhão e da Catalunha: 1793-1795*. Lisboa: QuidNovi, 2006.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (direcção, coordenação e compilação) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Volume III, Lisboa: Representações Zairol Lda., 1984.

**CURRÍCULO CULTURAL SINTÉTICO DO CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO EM
Fevereiro de 2023**



Veterano Cel Eng Claudio Moreira Bento Historiador e pensador militar. Memorialista e Jornalista

(X) Coronel Claudio Moreira Bento nascido em Canguçu-RS em 19 out 1931. Turma Asp Mega Eng AMAN 1955. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, emérito do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha, da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. É o Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na Republica Argentina. Integrou como adjunto do Presidente, a Comissão de História do Exército do Estado – Maior do Exército 1971/1974, na qual como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército escreveu o artigo As Guerras Holandesas, da **História do Exército perfil Militar de um Povo**. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras 1978/1980 Academia sobre a qual escreveu 4 livros sobre sua História, além de diversos artigos Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/1980. E autor de mais de 110 obras (Álbuns livros e plaquetas) disponíveis para serem baixados no site www.ahimtb.org.br e no Google, além de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em grande parte disponíveis ou relacionados no citado site. Seu último livro foi sobre **Marechal José Pessoa e seus méritos na Fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército**. Foi o idealizador e executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul constante de 24 livros, dos quais 21 em 1ed e 3 em 2ed, tendo como principal parceiro o historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Presidiu como Diretor do Arquivo Histórico do Exército, comissão para estudar e propor a localização do Museu do Exército, a qual indicou o Forte de Copacabana. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá 1982-1982. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985-1990. É Comendador do Mérito Militar, do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e da Ordem João Simões Lopes Neto, por Lei da Câmara de Vereadores de Pelotas. Trabalhou de 1957/59 e 1961/66 em Bento Gonçalves RS, na construção do Tronco Ferroviário Su, considerado serviço de natureza nacional relevante. Fundou e presidiu as Academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense e Itatiaense de História. É sócio dos Institutos históricos e geográficos do RS, SC, PR, SP, MG, PB, RN, CE e de Sorocaba, Petrópolis, Pelotas do CIPEL, em Porto Alegre e do IEV no Vale do Paraíba correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e da Paraíba e da Raul Leoni de Petrópolis. Possui 6 prêmios literários e possui artigos transcritos na Câmara Federal e nas assembleias legislativas de Goiás e Minas Gerais e na Câmara de Vereadores de Recife. Coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes no Recife. E cidadão itajubense, itatiaense e resendense. Tem sido considerado o maior historiador brasileiro de todos os tempos pelo volume e variedade de sua obra literária. Foi palestrante sobre História do Exército nas ESG, ECEME, IME, EsAO, AMAN, ESA e Escola de Instrução Especializada e nos CPOR de Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e no NPOR de Pelotas, e Itajubá e Colégios Militares de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Campo Grande. Desenvolveu, em parceria com o historiador militar Luiz Fagundes, para ser lançado neste ano de 2022, Bicentenário da Independência, a obra Os 78 anos da **Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, com Almanaque de todos os Aspirantes a Oficial masculinos e femininos formados por ela 1944-2021**. E ainda para o Bicentenário da Independência, a Biblioteca do Exército lançará seu livro **Duque de Caxias – o Patrono do Exército e a Unidade Nacional**, como contribuição do Exército às comemorações do Bicentenário da Independência. Este ano completará 91 anos de idade. Se Deus quiser! Em seu site e no Google pode ser acessado seu livro digital **Meu legado historiográfico civil e militar não vivi em vão!** Endereço: Rua Alfredo Whately, 365, Ed. Porto Aquarius, Cobertura 603 – Bloco B – Campos Elíseos, Resende-RJ, 27542-170. Site www.ahimtb.org.br. E-mail bento1931@gmail.com Celular 24/999247757



Camila Karen Costa Santos Renê. Nasceu em 13 de novembro de 2001, filha de Daniel Renê de Oliveira e da pedagoga Josiane Costa Santos Renê. E possui a irmã Gabriela. Estudou no Colégio Estadual Olavo Bilac de 2012 a 2019 onde cursou o ensino fundamental e o ensino médio.

Trabalhou como secretária do Presidente da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) de 30 de outubro de 2017 a 20 de dezembro de 2019 e, a partir desta data, como secretária particular do historiador Cel Cádio Moreira Bento.

Cursa Direito na Associação Educacional D. Bosco (AEDB) desde Fevereiro de 2022.

Foi condecorada pela Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil, como Cavaleiro do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil, por sua destacada contribuição a História Militar Terrestre do Brasil e também como Colaboradora Emérita da extinta FAHIMTB.

Camila segundo o Cel Bento:

“Camila iniciou a trabalhar comigo aos 15 anos, em outubro de 2017, quando cursava o 1º ano do Curso Médio no Colégio Estadual Olavo Bilac. Trabalhou comigo na sede da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) que eu havia fundado em Resende-RJ em março de 1996, a qual foi logo acolhida pela Academia Militar das Agulhas Negras AMAN.

E convidei seus pais, por ser Camila menor, para ver onde ela trabalharia. Eu me responsabilizei por ela. Ela trabalhava 3 vezes por semana, a tarde. Pois de manhã cursava o Curso Médio.

E Camila logo demonstrou grande vontade de aprender. Era muito aplicada, responsável e respeitosa. E logo passou a dominar o computador como habil digitadora e digitalizadora. Não precisava mais que uma explicação. Ela captava logo e executava o solicitado e era muito estimada pelos funcionários da Biblioteca da AMAN que me apoiavam. E também passou a dominar por completo o uso do Celular.

Em 20 de Dezembro 2019 com a extinção da FAHIMTB, por falta de recursos para a manter, em razão da extinção de meu contrato de Prestador de Tarefa para escrever e publicar a História do Exército e rompimento do apoio financeiro que de longa data recebia da FHE-POUPEX, tive de fundar independente 5 AHIMTBs que até então eram subordinadas a FAHIMTB e na esperança que elas dessem continuidade ao trabalho da extinta FAHIMTB.

E passei a trabalhar, ou melhor, me divertir continuando a escrever sobre a História do Exército por conta própria. Pois quem faz o que gosta e sabe fazer, não trabalha se diverte!

E contratei Camila para comigo trabalhar de acordo com as Leis Trabalhistas, para que ela pudesse patrocinar seu estudos de Direito na Faculdade de Direito da Fundação Educacional D.Bosco, na qual vem se destacando por suas boas notas.

Depois de 6 anos é muita expressiva a contribuição da Camila para o desenvolvimento da História do Exército Brasileiro em especial. Por agilizar a produção de meus livros e artigos sobre História Militar e os encaminhando ao meu filho, o Veterano Capitão de Mar e Guerra Carlos Noberto Stumpf Bento, que desde a fundação da FAHIMTB criou e administra meu site www.ahimtb.org.br. Desenvolvimento rápido de meus Livros e Plaquetas, graças aos seus notáveis conhecimentos de Informática, que aprendeu sem curso e por curiosidade e do uso do Celular, além de realizar meus serviços de Bancos e Correios. Tudo com elevada presteza e dedicação exemplares.

Enfim, Camila tornou-se uma valiosa e prestimosa assessora deste historiador e jornalista. Desenvolveu uma boa capacidade e criatividade de fazer as capas de meus Livros e Plaquetas digitais e até estará sendo co-autora de alguns de meus livros digitais.

Esta é a jovem e dedicada Camila Karen que trabalha há 6 anos comigo e que a considero hoje uma espécie de bisneta do coração, pois até o momento não possuo bisnetos. Até ela respondeu todas as minhas perguntas sobre Informática e sobre o uso do Celular. Ela já construiu um belo nome, e votos de que ela continue a enriquecer o seu nome. Pois é muito importante em nossas vidas construir um belo e confiável nome.”